

Paradoxos do liberalismo no Brasil escravista

Maurício Oliveira

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros – Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002

Nos últimos anos de vida, quando já se encontrava cego, Antônio Pereira Rebouças (1798-1880) ditou passagens autobiográficas a um dos filhos. Julgava-se esquecido pelos contemporâneos e pretendia ao menos assegurar algum reconhecimento na posteridade. Tinha, de fato, muito a contar. Mulato, nascido em Maragogipe, no Recôncavo Baiano, caçula entre os nove filhos de um alfaiate português e de uma negra liberta, Rebouças ocupou relevantes cargos políticos – foi várias vezes deputado provincial nas décadas de 1830 e 1840 – e transformou-se em um dos

mais respeitados advogados do Império, tudo isso em plena vigência do regime de escravidão no país. Essa peculiar trajetória foi recuperada e analisada pela historiadora carioca Keila Grinberg em *O fiador dos brasileiros – Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças* (Editora Civilização Brasileira), livro originado de sua tese de doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Como se percebe facilmente pela sucinta descrição acima, o personagem seria, por si só, interessante o suficiente para justificar uma biografia. O livro vai muito além, no entanto: a história de Rebouças e as atitudes que tomou ao longo da vida sintetizam as contradições do Brasil oitocentista. Ao mesmo tempo em que assegurava não tolerar qual-

quer tipo de racismo e pregava aos quatro ventos a igualdade entre as etnias, evocando freqüentemente o próprio exemplo como o de um mulato que subiu na vida por méritos próprios, Rebouças não se colocava claramente contra o escravismo. Ao contrário, dizia-se um defensor incondicional da ordem estabelecida e do direito de propriedade, alinhando-se à interpretação de que os escravos, comprados e vendidos como qualquer outro bem, pertenciam legitimamente a seus senhores.

Essa mesma contradição atingiu toda a sociedade brasileira – que se viu pressionada pelas idéias de igualdade e liberdade que vinham da Europa – e ainda mais particularmente o universo jurídico do qual Rebouças fazia parte. Havia uma incompatibilidade evidente entre os ideais que ganhavam força com a modernidade e a permanência da escravidão; uma enorme distância entre teoria e prática. Enquanto se começava a discutir a criação de um Código Civil no Brasil, o que suscitava um inevitável debate sobre cidadania, continuava-se privando uma parte da população do mais fundamental de todos os direitos: a liberdade de ir e vir.

Rebouças era um rábula, advogado autodidata com permissão para exercer a profissão em reconhecimento ao saber que demonstrava. Claro que tal deferência dependia de influência política, algo que ele construiu cuidadosamente desde muito cedo – a ponto de Leo Spitzer tê-lo retratado no livro *Vidas de entremeio* como um oportunista cuja principal habilidade seria apenas estar no local certo, na hora certa, para galgar posições que lhe permitissem ascender socialmente. O cuidadoso trabalho de Keila Grinberg demonstra, no entanto, que a descrição de Spitzer é um tanto simplista: as escolhas de Rebouças e os caminhos que percorreu são muito mais complexos do que uma análise superficial faz supor.

De origem humilde, Rebouças não tinha como bancar seus estudos em Coimbra, destino dos brasileiros de famílias abastadas que pretendiam se transformar em advogados naquele início de século XIX, época em que o país ainda não tinha faculdades de Direito. Seu primeiro contato com as entranhas da profissão ocorreu aos 16 anos, quando deixou a cidade natal para continuar os estudos em Salvador e passou a trabalhar em um cartório, como assistente de escreventes. Foi

em 1821, quando tinha apenas 23 anos, que ele se viu pela primeira vez “no local certo, na hora certa”. Depois de ter uma participação importante – mas certamente longe de ser decisiva – na organização da luta pela Independência no Recôncavo, Rebouças tratou de enaltecer a si próprio como um herói. Em um relato escrito em tom épico e na terceira pessoa, colocou-se como líder da resistência aos portugueses na região. Modéstia, aliás, não era o seu forte: o título escolhido por Keila Grinberg para o livro é uma referência à forma como ele próprio se definiria mais tarde em uma sessão da Assembléia Provincial da Bahia.

Como muitas vezes a versão vale mais do que o fato, o jovem passou a contar com a imediata simpatia do grupo que ascendia ao poder. Os dividendos não tardaram. No ano seguinte, Rebouças foi membro da Junta Provisória do governo, trunfo para que aumentasse o prestígio em sua província. Logo receberia permissão para advogar em toda a Bahia. Em 1824, foi nomeado secretário da província do Sergipe, cargo do qual seria destituído um ano depois, junto com o presidente da província, Manoel Fernandes de Oliveira. Homem de confiança de Oliveira, Rebouças foi

apelidado de “miserável preto da Rainha Ginga” e acusado pelos sergipanos de participar, ao que tudo indica sem fundamento, de uma sociedade secreta que almejava tirar os brancos do poder. Não foi certamente a única manifestação de preconceito racial enfrentada por Rebouças ao longo de sua carreira política e como advogado. Por conveniência, no entanto, ele fazia questão de “esquecer” episódios do gênero.

Rebouças permaneceu até o fim fiel ao entendimento de que a liberdade não era um direito natural, mas uma conquista reservada a quem fizesse por merecê-la. No final da vida, consagrado como advogado, ele mantinha sete escravos em casa e só concedia liberdade àqueles que fossem capazes de comprar a própria alforria. “Seu intuito real era estabelecer a renda como critério eficaz de qualificação dos cidadãos”, define Keila Grinberg. Para a autora, foi a dificuldade de Rebouças em perceber e acompanhar as mudanças em curso que o isolou politicamente, até o momento em que ele já não se alinhava a qualquer grupo com o qual pudesse compartilhar seus ideais.

Ao lidar com a questão da propriedade de seres humanos da mesma forma que lidava com outro tipo

qualquer de propriedade, Rebouças perdeu a oportunidade de aderir a uma vertente do Direito, já em voga na época, que colocava em xeque o arcabouço jurídico que dava suposta legitimidade à escravidão e defendia a primazia da liberdade sobre o direito de propriedade. Irredutível ao longo dos anos, Rebouças chegou à década de 1860 enfrentando a questão exatamente como fazia 30 anos antes.

Decepcionado por não ter conseguido a reeleição como deputado, decidiu abandonar a carreira política em 1848. A partir dali se dedicaria exclusivamente à advocacia. Seus contatos foram suficientes para que assegurasse o direito de exercer a profissão em todo o país, e não mais apenas na Bahia. Assim, decidiu permanecer no Rio de Janeiro, com a mulher e os oito filhos. Entre as muitas causas em que atuou estavam as chamadas ações de liberdade, aquelas em que escravos pleiteavam, pela via legal, a alforria. Entre 1847 e 1864, participou de oito processos do gênero. Representou quatro senhores e quatro escravos, obtendo três vitórias e quatro derrotas (em um dos processos, foi impossível para a autora descobrir o resultado). Pelo que ficou regis-

trado desses processos, Rebouças não demonstrava qualquer preocupação com a inserção dos escravos na sociedade ou com outras questões coletivas, mas apenas com o veredicto dos casos que envolviam seus clientes.

Para ter condições de avaliar se a postura profissional de Rebouças em relação às disputas judiciais entre senhores e escravos destoava da média, a autora dedicou-se a um cuidadoso levantamento do desempenho de outros advogados nas ações de liberdade. A comparação tornou possível constatar que o fato de atuar em ambos os lados não diferenciava Rebouças dos colegas. A autora lembra que os advogados eram muitas vezes obrigados a aceitar a causa, diante do direito das pessoas classificadas como “miseráveis” de obter curador gratuito. “Defensores por excelência de senhores ou de escravos, portanto, esses advogados não eram. Atuavam em causas de liberdade como atuariam em quaisquer outras, seguindo, aliás, a profissionalização do campo jurídico que começou a ocorrer em larga escala a partir de 1832, com a formação das primeiras turmas das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda”, descreve.

A análise de 620 processos de liberdade em primeira instância transcorridos entre 1806 e 1888 demonstrou que não havia grandes especialistas no tema – apenas cinco advogados haviam participado de quatro causas ou mais, e o recordista não passava de sete participações. Na segunda instância, havia mais especialização. Dez advogados tiveram dez ou mais participações entre as 279 ações de liberdade registradas, e o recordista estava envolvido em 27 casos.

Por tudo isso, *O fiador dos brasileiros* não é uma simples biografia. A trajetória do protagonista é o fio condutor da ampla temática abordada no livro: a luta pela cidadania, o fim da escravidão e a constituição de direitos civis para os africanos e seus descendentes. A autora também considera o livro, com razão, “uma porta de entrada para entender o mundo dos advogados no século XIX, seu universo jurídico e político, suas ligações com a política e, principalmente, com os grandes debates de seu tempo”.

De todas as obras de Rebouças, talvez a mais importante tenha sido dar condições para que seus filhos estudassem e, assim, prosseguissem com a ascensão social da família. André, nascido em 1838, o filho

para o qual ele ditou a autobiografia na velhice, foi o primeiro negro a se formar em engenharia no Brasil, em 1860. Viria a se tornar um respeitado engenheiro, responsável, ao lado do irmão Antonio Pereira Rebouças Filho, pelo plano de abastecimento de água do Rio de Janeiro e pela construção das docas da Alfândega.

Mais do que sua vitoriosa trajetória profissional como engenheiro, contudo, André Rebouças entrou para a história da forma como o pai poderia ter entrado: como um dos líderes do abolicionismo no Brasil, tão destacado quanto Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Lutou não apenas pelo fim da escravidão, mas pelo direito de acesso a terras por parte dos libertos e seus descendentes. Monarquista ferrenho, André deixou o país depois da proclamação da República. Mudou-se primeiro para a Europa e depois para a Ilha da Madeira. Foi encontrado morto aos 60 anos, à beira de um penhasco. Desconfie-se de suicídio, embora não se possa afirmar que ele tenha dado fim à própria vida. Esse último e dramático capítulo foi o epílogo da fantástica aventura dos Rebouças através do século XIX.